

MEMÓRIA E IDENTIDADE ALAGOANA, A ORALIDADE NA CONSTITUIÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO ESTADO¹

Janaina Cardoso de Mello²

Ricardo da Silva Santos³

O século XX inaugurou um período marcado pela valorização do presente compreendido como “vida” em oposição a um passado associado à “morte”. Após duas guerras mundiais se instaurou o slogan: “*Tout, tout de suite*” (tudo, tudo agora) inscrito nos muros de Paris em maio de 1968. A desilusão com as experiências revolucionárias concentrou a idéia do presente como principal categoria de reflexão histórica. O presente, nada além dele, eis o que François Hartog denomina de “presentismo” ao discutir os regimes de historicidade em suas diversas temporalidades.⁴

Nesse sentido, a contemporaneidade enseja grandes desafios ao historiador. A velocidade das transformações cotidianas impõe as sociedades um ritmo mais intenso, quase visceral, no curso da tecnologia. Vários pesquisadores sociais, preocupados com o desenvolvimento das ciências humanas na era da informática e de seus espaços *cyber* virtuais vêm-se apanhados pelo turbilhão de informações, significados e símbolos que a cada momento são revitalizados, reconstituídos e resignificados.⁵

O processo civilizatório da modernidade corporificado em tendências globalizantes visa homogeneizar modelos econômicos, políticos, sociais e culturais dentro dos padrões pré-estabelecidos pelos países hegemônicos no panorama mundial. As regras do ocidente estendem seus tentáculos a todos os espaços ditando modos de pensar e agir. Vive-se sob a égide do imediatismo, do “tempo real”, no qual o passado como elemento fundador ou ancestral ruiu sob o descrédito da noção de fragmentação e do esquecimento. De acordo com Yosef H. Yerushalmi:

o que chamamos de esquecimento no sentido coletivo, aparece quando grupos humanos deixam de transmitir para a posteridade – o que

¹ Um agradecimento especial é feito a Fundação de Amparo a Pesquisa no Estado de Alagoas (FAPEAL) pela concessão de Bolsas de Iniciação Científica ao projeto, bem como aos dois bolsistas FAPEAL /CNPq/ PIBIC Jr. (Ensino Médio) Anderson da Silva Barbosa e Tatiane Ferreira da Silva que muito contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa realizada.

² Professora Assistente de História do Brasil da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), Mestre em Memória Social e Documento pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Doutoranda em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). janainamello@uol.com.br

³ Graduando do curso de História da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) e Bolsista de Iniciação Científica da Fundação de Amparo a Pesquisa no Estado de Alagoas (FAPEAL). funesaargonautas@yahoo.com.br

⁴ HARTOG, François. *Regimes d'historicité. Présentisme et expériences du temps*. Paris: Seuil, 2003.

⁵ LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. Rio de Janeiro: Ed.34, 1993.

*aprenderam do passado , – seja voluntariamente ou passivamente, por rejeição, indiferença ou indolência, ou ainda por alguma catástrofe histórica quebrando o curso dos dias e dos acontecimentos.*⁶

Fugindo a esse processo, na busca de uma visão holística que ultrapasse o imediatismo e o “neocolonialismo” que têm feito desaparecer grupos de convívio e memórias importantes à formação identitária de uma região, os historiadores recorrem aos caminhos da história oral para preservar testemunhos capazes de fornecer um sentido às experiências individuais e coletivas vivenciadas no passado. Como disse Marco Aurélio Santana: a construção da cidadania, garantindo uma cidade-cidadã, não pode prescindir da construção e preservação da memória dos grupos, uma vez que ao abrir espaços para a inclusão de novos patrimônios a cidadania produz sua memória⁷.

Idéia que remete à compreensão de Nestor Canclini ao ampliar a noção de *patrimônio cultural* para além de monumentos arquitetônicos, percebendo-o também como uma rede de solidariedades, ou seja, um lugar de cumplicidade social que não tem por fim último perseguir a autenticidade, mas reconstituir a verossimilhança histórica através de linguagens, conhecimentos, tradições e modos de usar os bens e espaços físicos⁸.

A riqueza das memórias coletivas do agreste alagoano tem sofrido um rápido processo de erosão em sua potencialidade de assegurar a identidade pela qual um grupo se auto-reconhece. Em espacialidades onde a documentação escrita possui restrições de acesso e conhecimento, a oralidade torna-se a via ideal para o resgate dessas particularidades da vida de agentes sociais de uma história compartilhada. Citando Febvre, Jacques Le Goff ressalta que:

*toda uma parte, e sem dúvida a mais apaixonante do nosso trabalho de historiadores, não consistirá num esforço constante para fazer falar as coisas mudas, para fazê-las dizer o que elas por si próprias não dizem sobre os homens, sobre as sociedades que as produziram, e para constituir, finalmente, entre elas, aquela vasta rede de solidariedade e de entre-ajuda que supre a ausência do documento escrito.*⁹

Logo, o Projeto *Memória e Identidade Alagoana, a oralidade na constituição do patrimônio cultural do Estado*, desenvolvido pelo Núcleo de Estudos Argonautas (NEAR) da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), objetivou a realização de entrevistas com um universo de alagoanos (as) – como Dirceu Lindoso, os irmãos Ivan Barros e Jorge Barros e o folclorista Zezito Guedes – nos municípios de Maceió, Palmeira dos Índios e Arapiraca em Alagoas, pretendendo constituir um acervo digitalizado capaz de transformar essa memória oral em um *corpus*

⁶ YERUSHALMI, Yosef H. et alii. *Usages de l’oubli*. Paris: Seuil, 1988.

⁷ SANTANA, Marco Aurélio. *Memória, cidade e cidadania*. In: COSTA, Icléia Thiesen M.; GONDAR, Jô. *Memória e Espaço*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000. p.51

⁸ CANCLINI, Nestor Garcia. *O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional*. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 23: 95-115, 1994.

⁹ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997, p.98.

organizado para servir como base de dados auxiliar em pesquisas, monografias, dissertações, teses ou para além delas.

Paul Thompson já havia detectado o valor das fontes orais na história social moderna¹⁰, uma vez que a oralidade proporciona presença histórica e reconhecimento àquelas pessoas cujos pontos de vista e valores foram descartados pela ‘história vista de cima’ na vigência da hegemonia de dados rankeana que privilegiou o registro oficial das ações políticas dos altos representantes da hierarquia sócio-econômica e cultural.

Consistindo a história oral no instrumental que pode reconstituir melhor os aspectos triviais das vidas das pessoas comuns sendo utilizada para confirmar outras fontes, nos deparamos com a efemeridade de seus guardiões, em sua maioria já na terceira idade, anônimos ou ilustres esquecidos em seu próprio grupo, mas com um potencial extraordinário de rememoração.

Como enfatizou Ecléa Bosi, há um momento em que o homem maduro deixa de ser um membro ativo da sociedade, deixa de ser um propulsor da vida presente do seu grupo; neste momento de velhice social resta-lhe uma função própria – a de lembrar – a de ser a memória da família, do grupo, da instituição.¹¹

A história oral inseriu-se no Brasil nos anos de 1970, porém somente na década de 90 expandiu-se com a realização de diversos seminários e fundamentalmente com a criação da Associação Brasileira de História Oral (ABHO) em 1994 e a resultante publicação de seu Boletim. De acordo com Janaina Amado e Marieta de Moraes: na história oral, existe a geração de documentos (entrevistas) que possuem uma característica singular: são resultado do diálogo entre entrevistador e entrevistado, entre sujeito e objeto de estudo; isso leva o historiador a afastar-se de interpretações fundadas numa rígida separação entre sujeito/ objeto de pesquisa, e a buscar caminhos alternativos de interpretação.¹²

Assim, a constituição de um acervo material que possibilitasse transformar essa memória regional volátil em um arquivo histórico digitalizado a ser incorporado ao patrimônio cultural do Estado de Alagoas, ensejou uma contribuição não apenas para a valorização de homens e mulheres que foram lançados ao obscurantismo da contemporaneidade, mas colaborou, sobretudo para lhes oferecer através desse projeto um espaço de preservação ao legado de suas vidas – o conhecimento – configurando-o em herança para o aprendizado de gerações presentes e futuras. Dessa forma, os objetivos que nortearam esse projeto visaram:

- Constituir um acervo digital com as memórias de pessoas maduras que participaram significativamente da história alagoana.
- Incentivar consultas públicas dessas informações orais por estudantes do ensino fundamental e médio, graduação, pós-graduação, pesquisadores e outros interessados.
- Colaborar com o *Museu da Imagem e do Som de Alagoas (MISAL)* e *Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL)*, enviando

¹⁰ THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

¹¹ BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade (lembança dos velhos)*. São Paulo: TA Queiroz, 1979.

¹² FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Orgs.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p-.IX;XIV.

cópias em CD-ROM de todo material digitalizado.

- Contribuir, para que posteriormente, a partir deste material, fossem realizadas palestras e cursos de extensão através de uma parceria da UNEAL com o MISAL e o IHGAL, integrando assim as pesquisas históricas do agreste alagoano aos acervos mantidos pelos órgãos de guarda documental na capital.

As entrevistas foram realizadas com o auxílio de gravador digital e equipamento de gravação no formato MP3 comportando de 2 horas de gravação para todos os entrevistados, sendo estes também fotografados por câmara digital. A entrevista foi *semi-dirigida* partindo da contribuição pessoal (memória) experimentada por cada entrevistado em determinado momento histórico, sua relação com a história local (município) e articulações mais gerais (Estado/país).

A relação testemunha-entrevistador: princípios metodológicos

A escolha do método para a realização de entrevistas baseou-se em determinados princípios que nortearam a relação testemunha-entrevistador mesmo antes da coleta das fontes orais. Por isso, a coleta dos registros orais ocorreu mediante os passos indicados por Chantal de Tourtier-Bonazzi compreendendo: a seleção das testemunhas, o lugar das entrevistas, o roteiro das entrevistas e a transcrição do material gravado. Partindo dos encaminhamentos propostos por Agostinho Both, a prioridade em realizar entrevistas com pessoas na terceira idade fundamentou-se na concepção de que:

as lembranças dos mais velhos podem contribuir para o enriquecimento da percepção dos mais jovens, indicando por onde anda o sentido, o sofrimento, a virtude e o vício, a grandeza e a pequenez do destino humano dado por aqueles que andam embarcados pelo mesmo destino.¹³

Todavia, foi importante levar em consideração a durabilidade da entrevista para que esta não cansasse a testemunha, limitando seu tempo, evitando perguntas meticulosas que não pudessem ser respondidas em decorrência de algum esquecimento, acarretando uma frustração que pudesse interromper ou encurtar a entrevista. O ato de entrevistar alguém pressupõe ainda a guarda do silêncio e o aprendizado da audição da narrativa que está sendo proferida. Conforme Tortier-Bonazzi:

Deve-se adaptar-se à psicologia da testemunha, respeitá-la, estar disposto a tomar pacientemente a conversa, suscitar a recordação através de um questionamento discreto se a testemunha for pouco loquaz, orientá-la sem precipitação, não a impedindo de perder-se em digressões, caso ela o seja em demasia, repetir em voz alta suas palavras se estas não

¹³ BOTH, Agostinho. Memória, educação e velhice. In: TEDESCO, João Carlos (Org.) *Usos de memórias: política, educação e identidade*. Passo Fundo: UPF, 2002, p. 83.

*forem claramente audíveis, procurar não falar ao mesmo tempo que ela, não insistir quando evita uma recordação dolorosa, não se precipitar em perguntar de novo porque as recordações precisam às vezes de um tempo para vir à tona, repetir a mesma pergunta de diferentes maneiras para tentar vencer resistências.*¹⁴

As entrevistas foram realizadas de forma a deixar os entrevistados confortáveis com suas falas, evocando suas memórias, de maneira espontânea, mantendo assim uma relação de confiança estabelecida previamente à entrevista, em uma visita de cortesia à testemunha onde a finalidade do projeto foi explicada, esclarecendo os pontos que interessavam ser tratados na fala destes.

A escolha do local da entrevista foi determinada pelos entrevistados, sendo a primeira com o folclorista Zezito Guedes realizada em seu local trabalho – um centro de memória situado no centro de Arapiraca. A segunda entrevista com o intelectual Dirceu Lindoso ocorreu em sua residência em Maceió, na companhia da esposa e filho. A terceira entrevista com Jorge Barros ocorreu no local de trabalho deste, o Juizado de causas especiais de Palmeira dos Índios e a quarta entrevista, com Ivan Barros foi coletada na residência desse onde também funciona a redação de seu jornal *Tribuna do Sertão*.

É necessário atentar para o ambiente alocado para a realização da entrevista, pois esse constantemente condiciona o depoimento, uma vez que familiares, telefonemas, pessoas estranhas ao processo podem adentrar ao local interferindo no relato. No caso dos ambientes residenciais, ao mesmo tempo em que fotografias ou objetos suscitam rememorações com maior facilidade, a presença de parentes do entrevistado no local pode levar à substituição da fala deste por um de seus familiares envolvidos com o relato presenciado.

As entrevistas com Zezito Guedes e Jorge Barros apresentaram algumas complicações durante o desenvolvimento do projeto *Memória e Identidade Alagoana*. Ambas pelo fato de serem realizadas no local do trabalho. Na primeira, sendo o local, um espaço aberto e de frente para a rua, o barulho dos carros e os transeuntes que conheciam o entrevistado e paravam para cumprimentá-lo promoviam interrupções periódicas no relato deste. Porém, sendo o folclorista, um memorialista de região, este retornava ao seu relato sem dispersar-se do assunto tratado anteriormente. A utilização de um gravador especial com mecanismo redutor de ruídos foi fundamental para que o material pudesse ser audível com uma qualidade média de reprodução. A narrativa de Jorge Barros, apesar de não possuir problemas com ruídos externos (foi realizada numa sala particular do mesmo) foi interrompida sucessivas vezes por telefonemas e secretária com ofícios que necessitavam de sua assinatura imediata. Apesar das entrevistas não terem sido colhidas da melhor forma (um local reservado, sem ruídos ou trânsito de pessoas), a agenda de compromisso dos entrevistados não permitiu que estas fossem realizadas em outros locais.

Todas as entrevistas foram planejadas previamente à sua realização, consultando-se os dados biográficos disponíveis sobre dos autores, livros de sua autoria (caso

¹⁴ TORTIER-BONAZZI, Chantal de. Arquivos: Propostas metodológicas. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e Abusos...*, p. 234.

de Dirceu Lindoso, Zezito Guedes e Ivan Barros), além de livros sobre a história de Alagoas e alguns materiais específicos sobre a história local dos municípios de Maceió, Arapiraca e Palmeira dos Índios (periódicos, apostilas, dados das prefeituras), de acordo com as orientações de Tortier-Bonazzi para quem: “cada entrevista supõe a abertura de um dossiê de documentação. A partir dos elementos colhidos, elaborase um roteiro de perguntas do qual o informante deve estar ciente durante toda a entrevista”.¹⁵

A opção por uma entrevista *semi-dirigida* deu-se em função de sua constituição como um “meio termo” entre um monólogo proferido pelo entrevistado – com o perigo de perder-se em digressões sem retorno – e um interrogatório direto, que tendesse a dissolver os aspectos de espontaneidade. Estando-se atentos ao processo de repetições evocadas, uma vez que a condução da entrevista deve buscar livrar o informante dessas construções fazendo-o reencontrar a espontaneidade e a autenticidade de seus sentimentos e idéias.

Após o registro da oralidade, tornou-se necessário o trabalho de transcrição das falas, o que incorre em algumas vantagens e desvantagens para a análise do material. Segundo a visão corrente entre os historiadores, a transcrição possibilita uma análise do discurso das palavras transcritas dentro da perspectiva francesa ou da semiologia, enquanto a escuta em sua brevidade deixaria à margem o aprofundamento do significado das palavras gravadas. Para os arquivistas essa querela assume outro contorno, uma vez que “o fato de ler em vez de ouvir priva o historiador de muitas contribuições da forma oral: entonação, ênfase, dúvidas, rapidez ou lentidão nas reações, risos, repetições; – o privilégio da leitura pode renunciar à escuta”¹⁶.

As considerações que ponderaram o processo de transcrição das entrevistas do projeto Memória e Identidade alagoana centraram-se na noção de que qualquer transcrição, por melhor que seja, será sempre uma interpretação, pois não conseguirá reproduzir o discurso de forma fidedigna, porém, a adoção desse recurso permite, por exemplo, às pessoas com necessidades especiais de audição ter acesso ao material coletado e compreende-se que o produto de uma pesquisa deva abranger o maior número possível de formas de acessibilidade ao seu conteúdo. Por isso alguns cuidados foram fundamentais, seguindo mais uma vez os apontamentos de Tortier-Bonazzi, sendo o primeiro a realização da transcrição assim que as entrevistas eram coletadas e os demais de natureza técnica como: a colocação de passagens pouco audíveis entre colchetes; as dúvidas, os silêncios, as rupturas sintáticas, sendo assinaladas por reticências; o uso de iniciais referindo-se às pessoas citadas se for necessária a manutenção de discrição; uso de grifo para anotações como risos; uso de grafia em negrito para demarcar palavras com forte entonação; a organização do texto em parágrafos, atentando-se para a pontuação; uso de subtítulos para facilitar a leitura e a correção em notas de rodapé dos erros flagrantes por parte do entrevistado, por exemplo: datas, nomes próprios, etc¹⁷.

A adoção de uma transcrição literal, sem modificações, reduções ou acréscimos permite que o material retorne ao entrevistado para que esse possa realizar sua

¹⁵ TORTIER-BONAZZI, Arquivos: Propostas..., p. 236.

¹⁶ TORTIER-BONAZZI, Arquivos: Propostas..., p. 239

¹⁷ TORTIER-BONAZZI, Arquivos: Propostas..., p. 239-240.

própria correção. Contudo, é essencial manter-se a mídia original da primeira entrevista e sua primeira transcrição como ponto de referência. De acordo com Tortier-Bonazzi, a posição francesa entende que “a fita constitui o original; a gravação é, pois o documento original que se deve consultar. A testemunha pode, a posteriori, dizer que não forneceu nenhuma informação: nesse caso, é imprescindível recorrer à fita”¹⁸.

Outro aspecto importante em uma transcrição é a assinatura daquele que a realizou, pois esta confere a responsabilidade do tratamento dado à fala (em caso de modificações, supressões ou acréscimo). Porém, devem-se privilegiar transcrições realizadas pelo próprio entrevistador ou com a sua participação no processo, para evitar distorções graves.

Memórias de um tempo esquecido

A entrevista Sr. Zezito Guedes em Arapiraca, foi a primeira realizada, escritor do livro *Arapiraca através do tempo*¹⁹, dedicou-se a fundação de um centro de memória e artesanato em uma sala anexa à sua residência, onde passa seus dias escrevendo, lendo e compartilhando com os estudantes locais suas memórias sobre a cidade. A mais famosa delas relata o surgimento do município:

Arapiraca, ela surgiu quase por acaso porque o que existia nessa região era o Alto do Espigão do Cangandú, era o nome dessa terra que era ainda coberta de vegetação nativa, mas quase por acaso Manoel André que vivia em Cacimbinhas até então município de Palmeira dos Índios, ele vivia lá, casou com a filha do Capitão Amaro da Silva Valente que era um latifundiário. Ele se desentendeu com o cunhado José Ferreira de Macedo e aí houve aquele incidente e ele fez ver ao seu sogro que não ficaria mais na região. (...) Ele se lembrou que tinha um tio que morava às margens do rio Poção (rio Coruripe).²⁰

O protagonista responsável pela fundação da vila Manoel André é citado como aquele que ao identificar que as terras vizinhas onde morava seu tio João de Deus eram boas para mandioca, resolve comprá-las dos herdeiros do Capitão Moisés Marinho. Segundo Zezito, Arapiraca era uma antiga sesmaria e aqueles que possuíam sua concessão viviam em um sítio em Campo Alegre que pertencia ao atual município de São Miguel dos Campos. Afirma ainda que o registro da negociação de compra das levas de terra foi realizado no cartório de Penedo²¹.

Sua empolgação e vivacidade de recordações a respeito de estudos e contato com descendentes da família de Manoel André o fazem remontar uma narrativa quase épica da cidade, perpassando ainda o desenvolvimento econômico que oscilou entre o comércio da feira que abriga a agricultura familiar de municípios vizinhos e gera

¹⁸ TORTIER-BONAZZI, Arquivos: Propostas..., p. 240.

¹⁹ GUEDES, Zezito. *Arapiraca através do tempo*. Maceió: Mastergraphy, 1999.

²⁰ Entrevista com Zezito Guedes em março de 2006, Arapiraca – AL.

²¹ Entrevista com Zezito Guedes...

rendas a estes, bem como o período áureo do fumo que propiciou o investimento nos estabelecimentos comerciais e configurou uma espacialidade nova para a cidade, bem distante de sua história original.

Falou ainda sobre a cultura local das mulheres que entoavam canções durante o processo de colheita do fumo, porém lamentou a “tendência à destruição do passado” presente na cidade.

*Arapiraca, o mito que tinha quando era distrito, aquela capacidade de lutar ainda tem. Ela vinha trabalhando com cereais, mas quando apareceu a cultura de fumo, ela deu um pico. (...) Foi com a cultura de fumo que ela conseguiu crescer mais ainda. O poder aquisitivo conseguido com a cultura do fumo, a chamada elevação per capita foi tão rápida e fácil que Arapiraca destruiu todo o casario tradicional. Mas aí você vê, foi o primeiro prejuízo que a cultura teve. Ela hoje não tem uma casa sequer da fundação. A mais antiga que tem é aquela igreja ao lado da Caixa Econômica.*²²

Zezeito Guedes, apesar de nascido na Paraíba, mudou-se para Alagoas ainda menino, crescendo em meio ao desenvolvimento de uma cidade que lhe acolhera como substituta de uma terra natal com a qual não estabelecera raízes. Assim, mesmo sendo um “forasteiro” em Arapiraca, foi esta cidade que lhe conferiu uma identidade de pertencimento territorial.

Dirceu Lindoso, na casa dos 80 anos, é hoje um dos intelectuais mais renomados de Alagoas, autor de livros como *A utopia armada*, *Interpretação da Província*, *Formação de Alagoas Boreal* e tantos outros que o tornaram um pensador fundamental para se compreender a cultura e a história do Estado²³.

Tendo em vista seu interesse em acompanhar os trabalhos realizados pelo Departamento de História da UNEAL, participando recorrentemente de palestras, cursos e seminários, tornou-se o segundo entrevistado do projeto, contando suas memórias sobre a colonização do norte de Alagoas (Alagoas Boreal); sua relação com Porto Calvo e Maragogi; suas visitas a esses espaços, mapeando-os e conversando com o povo do local para arrecadar material para seus livros (históricos e romanceados); sua visão a respeito da guerra dos cabanos em Alagoas no século XIX – a importância das matas para os povos indígenas, camponeses e negros papa-méis (que eram fugitivos dos engenhos); sua relação familiar e descendência dos engenhos; o avanço da plantação de cana-de-açúcar sobre as matas / florestas e suas consequências de destruição ecológica. Ao falar de seu vínculo consanguíneo em Alagoas explicou:

A minha relação com Alagoas é meio complicada, primeiro porque nasci há 8 km de Pernambuco, segundo porque um lado da minha família, os Lindosos são do norte de Portugal, quer dizer só quem nasceu no

²² Entrevista com Zezeito Guedes...

²³ LINDOSO, Dirceu. *A utopia armada*. Rebeliões de pobres nas matas do Tombo Real (1832-1850). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983; _____. *Formação de Alagoas Boreal*. Maceió: Catavento, 2000.; _____. *Interpretação da Província*. Estudo da cultura Alagoana. Maceió: EDUFAL, 2005.

*Brasil foi meu avô, meu pai e nós. Os outros não falavam português, falavam a língua do galego.*²⁴

Suas memórias biográficas foram narradas com uma riqueza de detalhes de um cotidiano passado em conexão com o espaço sempre muito valorizado por Dirceu em sua fala e em sua escrita. O mapeamento territorial que remontava uma Alagoas de lagoas e matas antes da expansão da cana-de-açúcar ao norte foi realizado em suas várias incursões pela região. Em seu relato é possível acompanhar sua viagem como que conduzidos por um barqueiro ao longo de um rio plácido, adentrando ao mangue pelo Manguaba.

*Eu comecei a entender Maceió quando eu vim à Maceió, eu tinha uma tia que morava em Piranhas, o marido dela era de Piranhas, ela me trouxe pra Maceió e tinha ficado em Anadia, aí senti em Alagoas uma coisa interessante, eu conheci Maceió, achei uma cidade bonita, porque Maceió cercado de duas lagoas imensas e o outro lado o mar, é uma coisa bonita cheia de mangue, eu adorava ir ao mangue.*²⁵

Sobre sua formação educacional, a presença de Recife como referência cultural do nordeste constitui uma tradição das famílias de prestígio em Alagoas que buscavam encaminhar seus filhos para estudos em Pernambuco ou no Rio de Janeiro, como acontecera com Aurélio Buarque de Holanda – amigo de Lindoso.

Alagoas ainda possuía fortes traços de uma genealogia familiar detentora de propriedades territoriais, outrora mantenedora de cativos negros, que buscavam escrever sua história seguindo o fio condutor de um esquecimento ideológico capaz de ocultar os conflitos sociais em função da grande desigualdade econômica que assolava os setores populares desde o período colonial – quando ainda era capitania de Pernambuco –, encontrando momentos mais agudos na primeira metade do século XIX com a guerra dos cabanos.

*Eu fui educado em Pernambuco, no Recife e estudei em três colégios, estudei em Garanhuns no Colégio 15 de novembro e estudei em Alagoas no Jacintinho em Maceió, mas o que me chamou atenção era como a história dos alagoanos era escrita. Porque a história dos cabanos lá no norte é que nem na família, eu comecei a falar sobre os cabanos lá, aí uma menina disse assim: ‘Como é o nome desse tenente?’ ‘Fulano é meu bisavô’.*²⁶

Boa parte dessa memória ainda encontra-se nas sombras de um véu de penumbra perpétuo, como determinara em decreto um antigo governador das Alagoas no passado. Todavia, Dirceu Lindoso, para além de sua origem familiar tradicional na região, para além dos períodos de chumbo da ditadura militar, tornou-se marxista e pesquisador da antropologia dos povos excluídos da história oficial. Assim, dedicou-se à escrita de sua obra clássica, *A utopia armada*, comentando:

²⁴ Entrevista com Dirceu Lindoso em maio de 2006, Maceió – AL .

²⁵ Entrevista com Dirceu Lindoso...

²⁶ Entrevista com Dirceu Lindoso...

escrevi aquele livro dez vezes, ninguém acreditava nesse negócio e em dez meses escrevi um livro daquele que eu passei trinta anos pesquisando, dez meses eu gastei no primeiro andar da casa, sozinho, ninguém entrava, subia de manhã e descia para almoçar, subia e não saía, sabia que hora necessitava para dormir, foi uma dureza. O negócio é que na época da ditadura militar todo mundo desconfiava do livro, sobre guerra, cabanos, uma região que tinha pego fogo no nordeste.²⁷

Tendo vivenciado dois derrames recentes, Dirceu Lindoso possui certa dificuldade no falar, porém emana uma jovialidade e uma lucidez invejáveis, revelando todo seu potencial produtivo como intelectual que ainda se debruça sobre o computador para produzir textos.

Em Palmeira dos Índios, o Sr. Ivan Barros, que escreve artigos no jornal *Tribuna do Sertão* abordou a história de Palmeira dos Índios, das personagens importantes, da imprensa do sertão levando informação aos povoados, de seu papel como “guardião da memória” sendo procurado por alunos de todos os níveis de ensino. Iniciou a entrevista mostrando as fotos de Palmeira dos Índios na década de 1950, do local onde existiu o primeiro cinema (o cine Alvéstica e depois cine Palmeirense) e logo passa a falar do jornal que edita:

O jornal Tribuna do Sertão que agora em dezembro completa cinco anos foi criado para preencher uma lacuna no jornalismo de Palmeira dos Índios que produziu muitos jornais desde 1889, mas que tiveram vida breve. E após aposentar-me como promotor de justiça, resolvi então voltar à minha velha profissão de jornalista e investi nesse jornal o que amealhei durante muitos anos de minha atividade como promotor, advogado e como repórter na revista Manchete do Rio de Janeiro.²⁸

Enfatiza sua preocupação com a preservação da memória e fala das doações culturais (objetos, fotos, documentos, peças) provenientes da população local, abrindo-os ao público para consulta, estudo, fotografia, tendo como propósito a ampliação do acervo para “servir aos estudantes e pesquisadores”, pois segundo o mesmo:

Preocupado com a memória de Palmeira dos Índios, com a história de Palmeira dos Índios e a falta de instituições que preservassem essa memória e desse continuidade á essa história para que ela não se perdesse na tradição oral e se permanecessem documentos históricos, fotos raras históricas aí resolvi criar o espaço da memória de Palmeira dos índios e uma biblioteca destinada à pesquisas e consultas dos estudantes dessa cidade.²⁹

²⁷ Entrevista com Dirceu Lindoso...

²⁸ Entrevista com Ivan Barros em outubro de 2006, Palmeira dos Índios – AL.

²⁹ Entrevista com Ivan Barros ...

Ivan Barros falou também sobre a documentação escrita de Palmeira dos Índios, as questões políticas e econômicas ao longo dos anos. Deixou clara sua oposição ao prefeito da cidade – visto como um “forasteiro” que não possui nenhuma preocupação com a preservação da história do município – e mesmo com a existência de uma enorme rivalidade histórica entre Arapiraca e Palmeira dos Índios defendeu o crescimento do município vizinho como fruto da vontade de seus habitantes e políticos, fato ausente em seu local de residência.

Autor de várias obras, biografias, relatos sobre o município, textos sobre política, cultura, jornalismo ou escritos jurídicos, usa em sua fala uma entonação ressoante, com o objetivo de convencimento do público como um artefato da retórica própria a um bacharel em direito. Nascido em Palmeira dos Índios na década de 1943, viveu a maior parte da vida no município, tendo, porém residido durante um tempo no Rio de Janeiro à época da ditadura militar.

Na mesma cidade foi realizada ainda a entrevista com Jorge Barros, responsável pelo Arquivo da Câmara Municipal em Palmeira dos Índios e secretário no Juizado Especial da mesma localidade. Este falou sobre os acontecimentos políticos no município, as disputas entre famílias, as comendas e ordens com os quais alguns alagoanos foram agraciados pela prefeitura. Diferentemente do irmão (Ivan), Jorge Barros não possui a mesma ênfase retórica, porém é de uma simpatia cativante colocando-se à disposição para qualquer informação extra que a UNEAL viesse precisar no percurso do projeto.

No meu entender afirmo que o poder legislativo essencialmente deve representar os anseios do povo na sua mais genuína intenção, defender os interesses do povo, por isso que são eleitos e por isso que são até devidamente remunerados de uma forma se não ótima, mas boa e que na prática não acontece.³⁰

Contrariamente ao irmão, faz parte da administração municipal da cidade, porém também mantém algumas críticas, mais sutis, aos governantes locais. Falou da omissão popular em não se manifestar para que o legislativo fizesse leis mais condizentes, alegando que é necessário que a população elegeisse melhor seus representantes e banisse a venda de votos. Também mostrou uma grande preocupação quanto à preservação da memória institucional da Câmara na tentativa de organização de um arquivo. Durante a entrevista demonstra uma preocupação muito grande em selecionar as palavras de forma que a entrevista seja proferida com certo requinte lingüístico.

As entrevistas apresentaram em comum o apreço dos informantes pela preservação da memória e valorização do patrimônio cultural no Estado de Alagoas. Cada um, à sua maneira e em seu ambiente de trabalho, tenta contribuir como agente difusor de idéias repletas de subjetividades que auxiliam na manutenção de uma identidade de pertencimento à uma época, e, fundamentalmente à um espaço.

Todavia outro ponto que une as testemunhas em suas falas é a ausência de

³⁰ Entrevista com Jorge Barros, em outubro de 2006, Palmeira dos Índios – AL.

dados precisos sobre fontes escritas que corroborem suas “versões” a respeito da história local. Mesmo um intelectual como Dirceu Lindoso, mostra-se resistente em compartilhar os caminhos e referenciais de pesquisa. O mesmo ocorre com Zezito Guedes e Ivan Barros que fazem de seus livros “diários de observação e vivência”.

Percebe-se com isso o reforço a uma tendência muito forte em Alagoas centrada na “privatização” dos documentos públicos. E mesmo em instituições de guarda documental é possível visualizar essa relação personalista entre o acervo e seu dirigente, muitas vezes afastando o público mais amplo desse com a finalidade de tornar-se a única fonte da memória da comunidade.

E se Benjamim apontou o declínio da tradição oral, do contador de estórias e o surgimento da novela nos tempos modernos, denunciando a perda das ligações interpessoais dentro de comunidades, a destruição de elos com o passado e a perda da capacidade de aprendizado através de experiências anteriores, as testemunhas entrevistadas em Alagoas trilham o percurso inverso, pois a elas recorrem as gerações mais jovens para pesquisar sobre suas raízes familiares, políticas, sociais, culturais, econômicas e territoriais, seja nos centros de memória, nas palestras ou nos livros editados.

Considerações Finais

A memória é muitas vezes definida como a capacidade de lembrar o passado. Porém, esta simples descrição contém significados distintos, assim como cada um destes significados pode ser denominado por diferentes termos. Por “memória”, nós entendemos o ato de cantarolar uma música de cor, andar de bicicleta, seguir um trajeto diário sem quedas ou ainda manter lembranças de pessoas ou fatos do passado, e aprender através deles. Estes aspectos da memória, que durante muito tempo foram analisados pela psicologia e pela filosofia a partir da capacidade individual de lembrar, têm sido associados atualmente a aspectos sócio-culturais.³¹

Na medida em que aspectos sociais são considerados, os conceitos de memória se diversificam: “memória social”, “atos coletivos de lembrar e esquecer”, “tradição”, “traços da memória”. Estes conceitos representam não só diferentes percepções de um mesmo acontecimento, como eles também explicam diferentes fenômenos indistintamente relacionados como memória. Na procura de definição do que seja “memória”, os conceitos explicam seu funcionamento, sua ação criadora, suas ligações com a esfera social, com o poder, com o inconsciente individual ou coletivo.

Por isso a memória não deve ser vista apenas como uma antítese da história, onde sobre essa última pese o assassinato da primeira, mas sim como um viés para o enriquecimento mútuo das representações sociais que se configuram nesse convívio. Pois o processo identitário constrói-se na relação de alteridade entre história

³¹ FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. *Memória Social*. Novas perspectiva sobre o passado. Lisboa: Teorema, 1992.

e memória, escrita e oralidade, sem absolutizações, mas como uma aproximação necessária aos múltiplos caminhos interpretativos que o ofício do historiador na contemporaneidade necessita.

RESUMO

O artigo compreende as discussões teóricas norteadas nas considerações de Nestor Canclini, Ecléa Bosi, Paul Thompson dentre outros, bem como a aplicação prática do projeto *Memória e Identidade Alagoana, a oralidade na constituição do patrimônio cultural do Estado* pelo Núcleo de Estudos Argonautas (NEAR) da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), iniciado em 2005, com auxílio da Fundação de Apoio à Pesquisa no Estado de Alagoas (FAPEAL). A realização de entrevistas com alagoanos de significativa importância no cotidiano do Estado, compreendendo as três maiores cidades (Maceió, Arapiraca e Palmeira dos Índios) teve como objetivo acondicionar seus relatos, suas memórias e impressões sobre diversos acontecimentos ao longo de suas vidas, bem como disponibilizar esse material digitalizado a instituições de ensino superior e guarda documental da região.

Palavras-chave: Memória; história oral; identidade; arquivos.

ABSTRACT

The article it understands the discuss baseds on the considerations of researchers like Nestor Canclini, Eclea Bosi , Paul Thompson amongst others , as well as the application practice of the project *Memory and Identity Alagoana , the orality on constitution of the cultural heritage of the State* at Nucleus of Studies Argonaut (NEAR) from University State of Alagoas (UNEAL), initiated at 2005, with aid from Foundation of Support on the Research into the State of Alagoas (FAPEAL). The realization of interviews with alagoanos of significant importance into the daily of the State, realizing at the three major cities (Maceió, Arapiraca e Palmeira dos Índios) it had as objective box his accounts, memories and impressions about diversses events along his lives, as well to divide this stuff scanner with the institutions of higher education and keeps documentary from region.

Keywords: Memory; oral history; identity; archives.

Artigo recebido em janeiro de 2008. Aprovado em abril de 2008.